

País prometeu ao FMI elevar a receita tributária

BRASÍLIA — O Brasil prometeu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) aumentar suas receitas tributárias, nos próximos três anos, de 10% para 14% do Produto Interno Bruto (PIB); reduzir o consumo do Governo de 10,5% para 8% do PIB nesse período, em que a taxa de crescimento se limitaria a 3,5% ao ano; desburocratizar a economia; e criar condições para atrair a cooperação do capital estrangeiro, tanto via empréstimos como via investimentos. Essas são as principais expectativas criadas pelo pronunciamento do representante brasileiro no FMI, Alexandre Kafka, há uma semana, durante reunião de Diretoria que aprovou relatório sobre o desempenho da economia para este ano.

O Fundo pressionou o Governo a aumentar suas projeções de superávit comercial, estimado em US\$ 8,6 bilhões, mas o Governo resistiu: "O tamanho da desvalorização cambial ou da recessão que teriam de ser impostas à economia para assegurar

maiores exportações que as projeções do Governo poderia, na realidade, ser contraproducente", disse Kafka, lendo o texto, dividido em três partes: preços, situação cambial e políticas monetária e fiscal.

Como uma espécie de porta-voz do Brasil, Kafka justifica o Plano Bresser, discorda de algumas projeções da missão que visitou o País em junho, presta contas de medidas adicionais tomadas pela equipe econômica e compromete-se com novas metas. "As estimativas iniciais implicavam um déficit operacional do Setor Público acima de 4% do PIB para o segundo semestre" revela Kafka.

Mais adiante, ele responde a outra pressão do Fundo, destinada a obter uma elevação de impostos ainda este ano maior do que aquela que o Governo colocou em prática, segundo se depreende de sua argumentação: "Ajustamentos no Imposto de Renda evitaram uma erosão dos recolhimentos reais de tributos. Ao mesmo

tempo, a Comor (Comissão de Acompanhamento dos Orçamentos Governamentais) foi restabelecida, um fato que, infelizmente, não é mencionado no relatório da missão", explica ele.

E promete ainda mais rigor no controle do crédito: "Enquanto não se veda o acesso do Banco do Brasil ao crédito do Banco Central, o que ocorrerá em primeiro de janeiro de 1988, essa comissão foi constituída para obter os mesmos efeitos através do veto a todos os gastos que precisarem de financiamento do Banco Central fora do orçamento federal".

O relato do Diretor brasileiro no Fundo é frequentemente impenetrável até para economistas e foi enviado para exame do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, duas semanas antes da reunião da Direção do FMI. Ele continha alguns claros nos trechos referentes a estatísticas com o propósito de permitir seu preenchimento pelas autoridades brasileiras, após o último pacote de corte nos gastos públicos.